



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Portaria nº 14 de 26 de janeiro de 2006.

Estabelece critérios e procedimentos para o processo interno de execução da despesa

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952 (especialmente pelo art. 33 alínea 'a'), Lei nº 6021, de 03 de janeiro de 1974 e Lei nº 6537, de 19 de junho de 1978;

CONSIDERANDO os ditames legais que regem a execução da despesa pública;

CONSIDERANDO que os procedimentos atuais de execução da despesa do COFECON padecem de fragilidades nos controles internos

RESOLVE

Art. 1º - Em observância aos arts. 60 a 64 da Lei 4320/64, nenhum pagamento será efetuado sem a prévia emissão do empenho correspondente e a comprovação do recebimento do bem ou serviço adquirido.

§ 1º - O empenho e a comprovação de que trata este artigo deverão ficar registrados documentalmente no processo de pagamento respectivo.

§ 2º - A comprovação de recebimento compete ao dirigente, setor ou funcionário que determinar ou autorizar a aquisição do bem ou serviço, podendo ser objeto de delegação.

§ 3º - A comprovação relativa a despesas diretas com pessoal e viagens, bem como de gastos obrigatórios por lei, pode ser efetuada pelos respectivos setores encarregados.

§ 4º - É absolutamente vedado ao responsável pela tesouraria emitir cheques ou outra modalidade de pagamento sem a prévia existência do registro documental do empenho e da liquidação.



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Art. 2º - O controle do disposto no artigo primeiro desta Portaria far-se-á por meio da utilização de sistema informatizado de processamento de pagamentos, integrado ao sistema contábil informatizado.

§ 1º - Quando, excepcionalmente, não estiver disponível o sistema informatizado de processamento de pagamentos, ou enquanto este não for compatível com as modalidades de pagamento eletrônico consideradas necessárias ao COFECON, adotar-se-á, como condição de eficácia de cada pagamento, o formulário simplificado constante no Anexo I a esta Portaria, observado o disposto no parágrafo segundo deste artigo.

§ 2º - A comprovação documental do empenho pode ser suprida pela juntada prévia ao processo de pagamento da Nota Orçamentária ou documento equivalente emitido pelo sistema informatizado e correspondente ao empenho nele realizado. A comprovação documental da liquidação pode também ser suprida pela aposição de carimbo com os mesmos dizeres nas respectivas notas fiscais.

Art. 3º - A delegação relativa à ordenação de despesas de pequeno valor será efetuada pelo Presidente através da movimentação de conta bancária específica para tal finalidade.

§ 1º - A conta específica de trata este artigo:

- a) será movimentada pelo ordenador por substituição e pelo responsável pela tesouraria, por cheque ou meio eletrônico;
- b) somente será suprida por transferências da conta-movimento do Conselho, vedado qualquer crédito de outra procedência;

§ 2º - Toda despesa executada através da conta específica de trata este artigo será objeto de prestação de contas individualizada, através de relação de pagamentos contendo:

- a) número do cheque ou documento de pagamento;
- b) data do pagamento (correspondendo à data do efetivo débito financeiro)
- c) beneficiário do pagamento;
- d) objeto do pagamento.

§ 3º - Todo suprimento de numerário à conta específica de trata este artigo somente será realizado à vista da prestação de contas de que trata o parágrafo anterior, conciliada com o respectivo extrato bancário do período.

§ 4º - O mecanismo de suprimento de fundos de que trata o art. 68 da Lei 4320/64 será obrigatoriamente executado mediante saques da conta específica de que trata este artigo, devendo ser apresentado individualizadamente na prestação de contas.

§ 5º - A contabilização de toda e qualquer despesa executada através do mecanismo de que trata este artigo (inclusive o suprimento de fundos) será realizada nas categorias e elementos de despesas correspondentes à execução normal, conforme preceitua o art. 68 da Lei 4320/64, correspondendo os de saldos ao final do exercício apenas aos valores que permaneçam em regime de adiantamento.



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

§ 6º - A responsabilidade pelos valores supridos na conta específica de que trata este artigo permanecerá com o ordenador delegatário até a aprovação da respectiva prestação de contas pelo Presidente.

§ 7º - A cada ordenador por delegação corresponderá obrigatoriamente uma conta distinta.

§ 8º - O Presidente definirá em Ordem de Serviço específica o ordenador ou ordenadores por delegação, o valor máximo para cada pagamento individual e o saldo máximo a manter na conta específica.

Brasília (DF), 26 de janeiro de 2006

SYNÉSIO BATISTA DA COSTA
Presidente



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

ANEXO I À PORTARIA COFECON ____/2006 FORMULÁRIO DE CONTROLE DE DESPESA

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a despesa de que trata este processo, no valor de R\$ _____, nos termos do art. 62 da Lei 4320/64.

*Ordenador de despesa
(nome por extenso/assinatura)*

EMPENHO

Atesto ter sido regularmente empenhado para a despesa de que trata o presente processo o valor de R\$ _____ na rubrica _____, nos termos dos arts. Art. 60 e 61 da Lei 4320/64.

*Responsável pela contabilidade
nome por extenso/assinatura*

LIQUIDAÇÃO

Atesto que os bens e serviços relativos à presente despesa foram adequadamente entregues/prestados, (documentos anexos no valor de _____), nos termos do art. 64 § 2º inc. III da Lei 4320/64.

Nome por extenso/assinatura

Art. 1º § 4º da Portaria COFECON ____/2006 - É absolutamente vedado ao setor responsável pela tesouraria emitir cheques ou outra modalidade de pagamento sem a prévia existência do registro documental do empenho e da liquidação
